

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E OITO -----

Aos dezoito dias do mês de Julho de dois mil e oito, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

- a) Regulamento - Prémio Municipal de Arquitectura de Santiago do Cacém – correcção. -----
- b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.600.000,00 Euros; -----
- c) Execução do Arruamento a Sul da EBI, Frei André da Veiga em Santiago do Cacém;-----
- d) Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém.-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, José Augusto Sabino Diogo, António João Antunes Isidoro, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos e Pedro Miguel C. Pereira Gamito. -----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Pedro do Ó Ramos, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

PROT ALENTEJO – CLASSIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS E CONJUNTOS URBANOS DE RELEVÂNCIA PATRIMONIAL, ARQUITECTÓNICA E ARQUEOLÓGICA -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que a Câmara se tem empenhado deste o princípio nos trabalhos de

elaboração do PROT, participando em todas as fases de preparação daquele documento, dando contributos positivos e propondo alterações que foram contempladas na versão final do Plano nomeadamente, no referente à edificação em espaço rural, dado que, a forma como aquela matéria constava naquele Plano inviabilizaria a construção em solo rural.-----

Mais informou que o PROT, no seu anexo II, estabelece três níveis de graduação para a classificação dos aglomerados e conjuntos urbanos de relevância patrimonial arquitectónica e arqueológica, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento que o aglomerado urbano de Santiago do Cacém tinha sido classificado no nível dois e Santo André no nível três. Acrescentou que a Câmara contestou, de imediato, aquelas classificações, e solicitou esclarecimentos sobre os critérios que presidiram à mesma, tendo em conta a importância patrimonial de Santiago do Cacém, onde existem dois monumentos nacionais (Castelo Medieval e Igreja Matriz), quatro imóveis de interesse público (Sítio Arqueológico de Miróbriga, Pelourinho, Capela de S.Pedro e a antiga Pousada), bem como uma dezena de imóveis em processo de classificação, pelo que, foi solicitado à Comissão Mista de Coordenação do PROT a revisão da classificação atribuída a estes dois centros urbanos, elevando Santiago do Cacém para o nível um, pelas razões atrás expostas, e Santo André para o nível dois, tendo em conta a sua relevância arquitectónica e urbanística.-----

CANDIDATURA AO QREN – ÁREAS E REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE – PROGRAMA PROVER-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento daquela candidatura da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano, na qual, para além do Município de Santiago do Cacém, estão também envolvidos os municípios de Vila do Bispo e Aljezur e outros parceiros, nomeadamente, a ADL- Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Grupo Valouro, Hotel Caminhos de Santiago e Cooperativa Alensado.-----

Mais informou que nesta fase a candidatura compreende apenas o plano de acção, acrescentando que prevê que até ao final de Outubro haja uma resposta sobre a sua aceitação.-----

CANDIDATURA NO ÂMBITO DO PROGRAMA SUDOE-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que aquela candidatura já foi entregue em Bruxelas, e que a mesma é liderada pela Junta da Galiza, sendo parceiros, para além do Município de Santiago do Cacém, a Diocese de Beja e um Município Francês “Le Puy-En-Velay”. Acrescentou que a mesma visa nomeadamente, a valorização e promoção dos Caminhos de Santiago, a criação de espaços de acolhimento de peregrinos (um em Santiago do Cacém e outro em França), a criação do Centro de Estudos Jacobeus, a realização de sessões temáticas e de um congresso internacional.-----

Mais informou que se trata de uma parceria directa do Município de Santiago do Cacém, a qual espera ver aprovada até ao final do ano em curso.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

**---a) Prémio Municipal de Arquitectura de Santiago do Cacém – Regulamento –
correção;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a correcção da numeração do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 24 de Abril de 2008 e na sessão da Assembleia Municipal de 12 de Maio de 2008, através da figura da rectificação dos actos administrativos.*-----

FUNDAMENTOS: 1- O Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura possuía um lapso na numeração dos artigos, que consistia na inexistência do artigo numerado como 6º. Este lapso implica a necessidade da remuneração de todos os artigos seguintes, bem como a correcção da redacção do artigo 10º, pelo facto de nele existir remissão para os artigos 10º, 7º e 8º, quando se queria dizer artigos 9º, 6º e 7º do Regulamento.-----

2- Em conformidade com o previsto no artigo 148º do Código do Procedimento Administrativo, na alínea b) do nº 4 do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade.-----

---b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.600.000,00 Euros; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: 1. Efectuar contrato de Empréstimo de Longo Prazo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul até ao montante de 1.600.000,00 Euros para financiamento dos seguintes projectos: -----

- Gabinete de Santo André430.000,00 Euros --
- Escola Básica Integrada/Jardim de Infância Frei André da Veiga334.000,00 Euros
- Arruamentos Junto à Escola Frei André da Veiga266.000,00 Euros-
- Rede Pluviais e Arruamentos Exteriores em Brescos259.000,00 Euros-
- Infraestruturas do Loteamento Apoiado de Vale de Água311.000,00 Euros-

Prazo Global – Até 20 anos. -----

Período de utilização e diferimento – Até 2 anos-----

Taxa de Juro – Euribor a 3 meses-----

Reembolsos – Prestações trimestrais e postecipadas, constantes de capital e juros -----

Garantia – Contrato de mútuo. -----

FUNDAMENTOS: A proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul ser a mais vantajosa.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que a questão de fundo é o endividamento anterior, acrescentando que o melhor seria que não se tivesse de recorrer ao crédito para concretizar aqueles investimentos. -----

Mais referiu que, se o Gabinete de Santo André agregasse no seu espaço os serviços públicos da Administração Central, o valor previsto para aquele investimento poderia ser reduzido. -----

O senhor Jaime Cáceres lembrou que a Câmara Municipal já disponibilizou espaço num imóvel daquela Cidade para a instalação da Loja do Cidadão e que não se podia parar o projecto do Gabinete de Santo André para atender à proposta agora defendida pela

oposição. Acrescentou que as Autarquias de Santiago e de Santo André estão empenhadas na instalação da Loja do Cidadão, a qual vai servir toda a região, assim como estão empenhadas na concretização do Gabinete Municipal, o que parece não agradar a todos. -----

O senhor Arnaldo Frade considerou que deve ser reconhecido ao Grupo Municipal do PS que este não deixa de avançar com ideias, as quais a maioria pode não aceitar, não ficando à espera do período eleitoral para o fazer. -----

Acrescentou que a proposta que apresentaram, da integração dos dois projectos num mesmo espaço, tinha como objectivo poupar tempo aos utentes, os quais teriam que se deslocar somente a um local para tratarem da sua documentação. -----

O senhor Jaime Cáceres considerou que deve haver coerência naquilo que é proposto, qualidade que não reconhece no discurso dos eleitos do PS, dado que, durante a campanha eleitoral prometeram uma Loja do Cidadão e nada disseram sobre o Gabinete Municipal de Santo André. -----

Recordou ainda as diligências que a Assembleia e a Junta de Freguesia de Santo André tem vindo a desenvolver, desde dois mil e três, para a instalação de serviços públicos naquela Cidade, acrescentando que vão continuar a envidar esforços nesse sentido. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo ter o direito a uma opinião diferente, acrescentando que, em dois mil e cinco, o BE já defendia o Gabinete Municipal e a Loja do Cidadão, em Santo André, e que também são de opinião que seria positivo que ficassem integrados no mesmo espaço físico. Contudo, referiu que o que importa é que Santo André passe a dispor de mais serviços públicos. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que as lojas do cidadão viraram moda no país, situação que lhe parece caricata, porque não pode compreender como é que, de repente, se descobre uma forma para atender as pessoas mais rapidamente, instalando lojas do cidadão junto a outras repartições públicas, quando todos os cidadãos deviam ser atendidos com rapidez e eficiência nas repartições já existentes. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as obras estão em curso e que, tendo em conta o longo período de transição entre o terceiro QCA – Quadro Complementar de Apoio e o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, é preciso recorrer a um financiamento complementar para fazer face aos encargos. -----

Relativamente ao endividamento, esclareceu que a capacidade de endividamento utilizado pela Autarquia é de setenta e um por cento e que a situação está controlada. Acrescentou que, no contexto actual do País, esta situação é melhor que aquela em que alguns municípios se encontram. -----

Sobre o Gabinete Municipal de Santo André, referiu que se trata de uma opção legítima, a qual pode ser discutível. Acrescentou que o Gabinete de Santo André surge da necessidade de descentralização de alguns serviços municipais, não colidindo com natureza dos serviços prestados pela Junta de Freguesia, nem com aqueles que serão prestados pela Loja do Cidadão. -----

Mais referiu não se recordar quem colocou primeiro a questão da Loja do Cidadão, a qual reúne um conjunto de serviços da Administração Central, mas tem presente que, inicialmente, não foi colocada a questão da ocupação do mesmo espaço do Gabinete Municipal. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu ficar satisfeito com o facto de existir monitorização do endividamento, acrescentando que a preocupação que deve existir não é saber quanto é que se pode gastar, mas sim procurar formas de evitar o recurso ao crédito, o que pode ser conseguido, por exemplo, através de parcerias. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que os investimentos previstos até são relevantes, mas considerou que o endividamento é uma situação a evitar. -----
Acrescentou que num país onde o Estado paga tarde são os cidadãos que pagam os juros. -----

Mais referiu que não pode ser considerada uma situação normal a Administração Central e as Autarquias não pagarem atempadamente aos fornecedores. Recordou que desde que é eleito, já foram autorizados pela Assembleia Municipal a contratualização de dois empréstimos para pagar aos fornecedores. Contudo, a dívida não tem diminuído, o que faz com que alguns fornecedores apliquem uma “taxa” suplementar para cobrir o atraso no pagamento. Referiu ainda que, antigamente, só se comprava quando havia dinheiro. -----

Interveio o senhor Jorge Pinela, começando por referir que a medida anunciada pelo Governo, de redução do IMI, vai criar ainda mais problemas orçamentais aos municípios.

Mais referiu que não se pode pensar nos investimentos sem ter em conta os custos acrescidos que vão resultar do funcionamento dos novos equipamentos. -----

Referiu ainda que faz sentido a instalação da Loja do Cidadão na Cidade de Vila Nova de Santo André, tal como faria sentido também a sua criação na Cidade de Santiago do Cacém, com horários mais alargados e maior celeridade nas respostas. Acrescentou que o agrupamento dos serviços no mesmo espaço, seria mais conveniente para os cidadãos. Concluiu, referindo que o Estado investiu na modernização do equipamento, mas não consegue melhorar a formação das pessoas ao mesmo ritmo. -----

O senhor Francisco Roque referiu que da análise das propostas apresentadas pelas várias entidades bancárias concorrentes, verificou que todas aplicaram o “spread” aos valores apresentados, excepto a Caixa Agrícola, pelo que, questionou, se houve alguma negociação com esta entidade. -----

O senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira, o qual esclareceu que não houve qualquer negociação com aquela entidade, nem com as outras concorrentes, e que a situação colocada resulta da realidade de cada entidade bancária, acrescentando que no caso de disporem de excesso de liquidez não precisarão de aplicar o “spread”. -----

Interveio o senhor José Sucena, discordando do facto do senhor Presidente da Câmara Municipal ter permitido aquele esclarecimento, por considerar que a pergunta, embora legítima, continha pressupostos provocatórios. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele esclarecimento se impunha para que não ficassem dúvidas sobre os pressupostos que levaram à escolha da proposta daquela entidade bancária. -----

O senhor Francisco Roque congratulou-se pelo facto das questões colocadas contribuírem para o esclarecimento dos assuntos em apreço, independentemente de haver quem as considere provocatórias. -----

Mais referiu concordar que a Câmara Municipal possa recorrer a empréstimos para a realização de obras, acrescentando que não as deverá deixar de fazer pelo facto das mesmas aumentarem as despesas, porque, na sua opinião, a Câmara Municipal existe para prestar serviços aos munícipes, pelo que, deverá fazer opções de investimento, ponderando entre a despesa que o mesmo vai gerar e o seu benefício para os munícipes.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com quinze votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves

Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e nove abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel Sousa Brito, duas dos eleitos do PSD, senhores Nuno Braz e Jorge Pinela e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----
O senhor Carlos Pereira Dias, eleito do PSD, esteve ausente nesta votação.-----

---c) Execução do Arruamento a Sul da EBI, Frei André da Veiga em Santiago do Cacém; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: Solicitar à Assembleia Municipal autorização para a abertura de procedimento com vista à realização da empreitada do Arruamento a Sul da EBI, Frei André da Veiga em Santiago do Cacém, cujos encargos previstos para o ano de 2009 são de 283.981,54 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Inscrever no orçamento de 2009 a dotação orçamental necessária à execução do projecto. -----

FUDAMENTOS: 1. Tendo em consideração que a estimativa do valor efectuada inicialmente, pela DOTP, e que consta dos documentos previsionais (85.000 € em 2008 e 120.000 € em 2009), não se mostra consentânea com o valor ora previsto. -----

2. De acordo com o disposto nos nºs 1 e 6 do Artº 22º do Decreto Lei nº 197/99, de 08 de Junho, e na alínea a) do Nº 6 do Artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

---d) Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a proposta, tendo em seguida passado a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, com a competência delegada na área da educação, a qual prestou alguns esclarecimentos complementares, após o que foi feita uma apresentação detalhada do documento pela equipa técnica municipal que o elaborou. -----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém. ----

FUNDAMENTOS: 1. alínea a) do número 2 do artigo 19º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.-----

2. alínea b) do número 1 do artigo 4º do Decreto Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro. -----

3. alínea g) do artigo 52º do Regulamento dos Serviços Municipais.” -----

Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor Presidente que fosse concedida a palavra à senhora Vereadora Maria dos Anjos Polícia, para uma intervenção sobre este assunto. -----

A senhora Vereadora Maria dos Anjos começou por referir a necessidade da Carta Educativa e a sua importância para o Município, elogiando a seguir o trabalho desenvolvido na elaboração daquele documento. Contudo, acrescentou, que não podia deixar de indicar algumas falhas que detectou, nomeadamente, no diagnóstico, na matéria relativa aos docentes, onde não consta os dados da Escola Secundária Manuel da Fonseca, o facto de não terem sido contempladas as colectividades e associações do município, importantes na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens, assim como a ausência da Rede Social e do Centro de Saúde, entidades que já estão no terreno e que desempenham um papel activo em termos educativos. -----

Relativamente à estratégia, referiu a sua perplexidade pelo facto de serem indicados projectos de investimentos, em Cercal do Alentejo e em Alvalade e, em simultâneo, se prever a execução de obras em escolas do primeiro ciclo que irão ser desactivadas, situação que considerou que deveria ser repensada. -----

No referente à qualificação profissional, considerou legítimo e imprescindível melhorar a educação no município, daí a sua perplexidade por não ver consignado na Carta Educativa o Centro de Professores de Santo André, o qual irá abranger todo o Litoral Alentejano. Considerou também fundamental a inclusão das tecnologias no documento, tendo em conta que a Escola Secundária Manuel da Fonseca vai receber uma Academia TIC, a qual poderá ser rentabilizada com a criação de cursos profissionais de nível quatro (12º ano + 2 anos), abrindo perspectivas para o acesso ao bacharelato mediante a assinatura de protocolos com instituições do ensino superior. Acrescentou que antes da discussão da Carta Educativa na reunião da Câmara Municipal já tinha colocado a ideia de criação de um curso profissional de Arqueologia, tendo em conta a preservação das Ruínas de Miróbriga. -----

Mais referiu que alguns dados estatísticos também lhe suscitaram reservas, embora as suas preocupações sejam de fundo e não meramente técnicas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, a qual começou por esclarecer que os dados estatísticos constantes nos documentos resultam das fórmulas técnicas adoptadas. -----

Relativamente aos investimentos, esclareceu que se optou por conservar o edificado, daí as intervenções previstas nas EB1, ainda que venham a ser construídas escolas novas.---

Em relação às colectividades e associações, referiu que não foram omitidas no documento, citando vários trechos do mesmo onde aquelas são mencionadas, e para o qual também deram os seus contributos. -----

No referente ao Centro de Professores do Litoral Alentejano, em Santo André, esclareceu que a Câmara Municipal não recebeu qualquer informação da Direcção Regional de Educação sobre a criação daquele Centro. Acrescentou que, se por uma lado, é motivo de satisfação a existência daquele Centro, por outro lado, não podia deixar de lamentar que outros sejam encerrados, obrigando à deslocação dos professores.-----

Sobre os dados da Escola Secundária Manuel da Fonseca, esclareceu que a Carta Educativa contem aqueles que chegaram à Câmara Municipal, acrescentando que, apesar de várias insistências, não foram fornecidos todos os dados solicitados, esperando que os mesmos venham a ser facultados no âmbito da monitorização da Carta.-----

No que respeita aos cursos de formação profissional, referiu concordar que sejam realizados e que os mesmos sejam adequados aos recursos existentes. -----

No que respeita à criação do curso de Arqueologia, considerou que é uma sugestão que deve ser ponderada, tendo em conta as poucas saídas existentes e o número de licenciados nesta área. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por referi que todos se congratulam com o facto de, finalmente, se estar a discutir a Carta Educativa, acrescentando que embora não se trate de um documento definitivo é um ponto de partida que irá permitir um trabalho mais sustentado na definição da estratégia do Município na área da educação. -----

Sobre algumas questões suscitadas durante a discussão do documento, questionou sobre o peso que poderá ter no desenvolvimento do trabalho o facto de nele não constarem alguns dados importantes relativos à Escola Secundária Manuel da Fonseca. -----

Solicitou esclarecimento sobre o facto de algumas taxas indicarem valores superiores a cem por cento. -----

Questionou ainda sobre a forma como vai ser feita a monitorização relativa à implementação das acções previstas no documento. -----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, referindo que era de louvar o trabalho desenvolvido na elaboração da Carta Educativa. Acrescentou que o Município não vai ser o primeiro a ter este documento, embora a Câmara Municipal não tenha deixado de desenvolver acções nesta área, apesar de só agora dispor deste instrumento de trabalho.

Mais referiu que apesar de tantas cartas e planos na área da educação, os resultados no país não são bons, por culpa da sociedade e também dos programas transmitidos pela televisão, acrescentando que não há qualquer semelhança entre os conhecimentos que foram transmitidos às sua geração e aqueles que são agora transmitidos aos jovens, deixando claro que não defende que se volte ao tempo antigo, mas contestando a situação actual, relativamente à qual considerou não haver Carta Educativa que possa salvar a situação. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o Grupo Municipal do PS tem vindo a dizer ao longo do tempo que a Carta Educativa é um documento estruturante da maior importância para o Município, acrescentando que este assunto merecia que tivesse sido convocada uma Assembleia Extraordinária para um debate mais profundo e para recolha de contributos. -----

Saudou a Câmara Municipal por dispor da Carta Educativa e agradeceu em seguida à equipa técnica o trabalho desenvolvido na elaboração daquele documento, acrescentando que não teve disponibilidade de tempo para o analisar como devia, solicitando que lhe sejam fornecidos os dados mais sistematizados que foram apresentados no “power point”. -----

Quanto ao conteúdo do documento, nomeadamente no referente à formação profissional, considerou que estão em falta os dados sobre a aprendizagem que é ministrada pelos Centros de Emprego, acrescentando que pode ajudar nesta matéria. ----

Referiu compreender a necessidade de recuperar o património edificado, nomeadamente a EB1 de Alvalade. Contudo, considerou que é de repensar a escola básica e também a questão das escolas ditas isoladas, acrescentando que não encontrou no documento qualquer previsão de investimento em centros escolares. -----

Mais referiu que é importante que a questão dos dados relativos à Escola Secundária Manuel da Fonseca seja resolvida. -----

DELIBERAÇÃO SOBRE A CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente propôs à Assembleia prosseguir com os trabalhos, até às zero horas e trinta minutos. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

Interveio o senhor José Sucena, começando por saudar a equipa técnica que elaborou o documento. -----

Destacou em seguida alguns aspectos importantes do documento, os quais constam no texto da declaração de voto da CDU, abaixo transcrita. -----

Chamou ainda a atenção para o facto da Carta em discussão ser um documento aberto que poderá ser melhorado através das sugestões que venham a ser apresentadas. -----

O senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à senhora Vereadora Margarida Santos para que esclarecesse algumas questões colocadas. -----

A senhora Vereadora começou por esclarecer que a falta de alguns dados poderão condicionar os trabalhos, embora não possa avaliar em que medida. Mais esclareceu que vai continuar a aguardar pelos dados da Escola Secundária Manuel da Fonseca. -----

Referiu ainda esperar que a Carta Educativa seja respeitada por quem a vai homologar, dado que, nalguns municípios cuja Carta não previa o encerramento de escolas, elas foram fechadas pelo Ministério. Acrescentou que o encerramento das escolas exige uma análise, caso a caso, com a participação das comunidades educativas. -----

Mais referiu que através da monitorização será efectuado o acompanhamento das propostas apresentadas, acrescentando que o documento será actualizado com a informação que for chegando, o que envolverá toda a comunidade educativa. -----

As explicações de ordem técnica foram dadas pelos membros da equipa que elaborou o documento. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que o conteúdo do documento em apreço responde de forma mais detalhada a um conjunto de observações efectuadas, para o qual será necessário uma leitura completa do mesmo, citando, como exemplo, a matéria constante em alguns dos seus capítulos. -----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho, referindo a importância da Carta Educativa e o que ela traz de inovador para o Município na área da educação, acrescentando que se trata de um documento que vai de encontro às necessidades dos cidadãos naquele âmbito, o qual merece que lhe seja dispensado algum tempo para ser devidamente apreciado. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que da apresentação que foi feita do documento reteve alguns dados estatísticos que lhe suscitaram algumas dúvidas e dois quais resultaram indicadores que não lhe pareceram positivos, nomeadamente, no referente à estagnação do crescimento demográfico e à concentração urbana. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, quinze dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Braz e Jorge Pinela. Sete abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Adelino Cardoso Cintrão, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel Sousa Brito, e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade, eleito do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me, na medida em que, embora considere a existência da Carta Educativa prioritária e reconhecendo o bom trabalho dos técnicos da Câmara Municipal, ela exige um estudo mais aprofundado que não me foi possível fazer.” -----

Esta declaração foi subscrita pelos restantes eleitos do Grupo Municipal do PS. -----

Pelo senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária votaram a favor da aprovação da “Carta Educativa” do Município de Santiago do Cacém, que saudamos porquanto: -----

1. Trata-se de um documento precioso para conhecimento da população, do corpo docente e dos equipamentos escolares e indicador das carências e das medidas a tomar.

2. É um documento que teve a participação activa dos educadores, dos pais e dos agentes económico e sociais do Concelho que muita informação carregaram para a sua elaboração. -----

3. Define como seu objectivo principal e geral o desenvolvimento integral da população do Município de Santiago do Cacém. -----

4. É um exaustivo estudo sociológico sobre a população do Concelho focado, nomeadamente, nos vários graus de frequência escolar e nas habilitações escolares, ou na falta delas, dos nossos habitantes, mas também nas respectivas características socioeconómicas e de povoamento. -----

5. Analisa em pormenor o aproveitamento e o abandono escolares. -----

6. Caracteriza a rede e os equipamentos escolares e o corpo docente. -----

7. Debruça-se sobre os transportes e a acção social escolares. -----

8. É um excelente documento de estudo, muito bem estruturado, cuja concepção permite um inteligível e fácil acesso aos seus conteúdos. -----

9. Está aberto, apesar disso, a sugestões que o possam tornar ainda melhor, mantendo-o vivo e actuante em benefício da população escolar do Município.” -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero e quarenta minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

